



**PROJETO DO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU**

EM

Gestão Pública Avançada

GPA

ÍNDICE

- I. Dados de Identificação**
 - a) Nome do Curso
 - b) Categoria
 - c) Modalidade
 - d) Local de realização

- II. Contextualização**

- III. Justificativa**

- IV. Coordenação Técnica e Administrativa**
 - a) Coordenador Técnico
 - b) Equipe Técnica e administrativa
 - c) Representante Institucional

- V. Organização do curso**
 - a) Objetivos
 - a.1) Objetivo geral
 - a.2) Objetivos específicos
 - b) Público Alvo
 - c) Número de vagas mínimo e máximo.
 - d) Modalidade, carga horária e frequência
 - e) Período e periodicidade
 - f) Inscrições
 - f.1) Local de inscrição e matrícula
 - f.2) Valor de inscrição e matrícula
 - g) Processo de seleção
 - h) Critérios de avaliação do rendimento
 - h.1) Nas disciplinas
 - h.2) No curso
 - i) Áreas de desenvolvimento das Monografias

j) Disponibilidade de espaço, laboratórios e material bibliográfico

VI. Estrutura curricular

- a) Concepção geral
- b) Estruturação específica
 - b.1) Grade Curricular
 - b.2) Bibliografia.

VII. Metodologia

VIII. Corpo docente

IX. Linhas de Pesquisa

X. Atividades Complementares

XI. Sistema de Avaliação

XII. Controle da Frequência

XIII. Certificação

I. Dados de Identificação

a) Nome do Curso

Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão Pública Avançada – GPA

b) Categoria

Especialização

c) Modalidade

A pós-graduação lato sensu – curso de especialização – caracteriza-se pela formação de sujeitos em nível de especialização profissional, visando à capacitação e o aprimoramento em áreas específicas do saber. É um programa de estudo de curta duração (mínimo de 360 horas) e com flexibilidade curricular em termos de conteúdos, disciplinas e atividades acadêmicas. Para a conclusão do curso exige-se a apresentação de trabalho final individual sob a forma de monografia. De acordo com o art. 44, III, Lei 9394/1996, é aberta a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam as exigências das instituições de ensino. Caberá à Fundação Escola de Governo ENA emitir os respectivos títulos, conforme delegação de atribuições conferida pelo Conselho Estadual de Educação (Resolução CEE nº 052 de 09 de agosto de 2011), que credenciou a Fundação ENA para atender a modalidade *Especialização*.

d) Local de realização

Fundação ENA Brasil, Centro Empresarial Corporate Park - Rodovia SC 401, Km 9, nº 8600, Bloco 7, CEP 88050-001 – Santo Antônio de Lisboa - Florianópolis – SC

II. Contextualização

A Fundação Escola de Governo ENA foi criada em junho de 2009 pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Lei Complementar n° 446, de 24 de junho de 2009 e alterada pela Lei Complementar n° 562, de 04 de janeiro de 2012, em atendimento à previsão constitucional de criação e manutenção de Escolas de Governo nos Estados da Federação.

Assim, a Fundação ENA é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito público, com sede e foro no Município de Florianópolis e vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda. Tem como missão principal formar gestores públicos comprometidos com os altos padrões de eficiência e qualidade da Administração Pública.

A Fundação ENA foi criada por meio de uma parceria com a École Nationale d'Administration – l'ENA, França. A l'ENA francesa é a Escola de Governo do estado francês e da União Europeia. Foi criada em 1945 pelo General De Gaulle e sua missão principal é recrutar e formar os altos servidores da administração que desempenham funções estratégicas, visando sempre atender aos padrões éticos no serviço público, fundamentados nos valores de responsabilidade, de neutralidade e de performance superior.

É importante mencionar também a simbiose da Fundação ENA com o Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas ESAG da Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC, especialmente com relação à tradição desta na realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados à área da Administração Pública. Registre-se, igualmente que a ESAG possui vários projetos de pesquisa no segmento público que são vinculados aos Grupos de Pesquisa e cadastrados no CNPq. Assim, a parceria entre a Fundação ENA e a ESAG/UDESC se materializa na participação dos docentes universitários na realização de disciplinas e de orientação de projetos de pesquisa que originam as monografias dos alunos/servidores da ENA.

Para atender a sua missão, a Fundação ENA realiza cursos e programas de capacitação e formação continuada, voltados aos servidores públicos das três esferas de poder: Estadual, Municipal e Federal, proporcionando-lhes a aquisição de

conhecimentos e instrumentos de gestão, que contribuam para a elevação dos padrões de eficiência, eficácia e efetividade da administração pública.

Os cursos têm como objetivo desenvolver, nos servidores públicos, uma visão ampla e integrada da administração pública, favorecendo a reflexão e o debate sobre a ética pública, a democracia, a cidadania e a responsabilidade do Estado perante a sociedade. Neste sentido, a Fundação ENA promove a prospecção e a difusão de novos conhecimentos sobre a gestão pública por meio de pesquisas, estudos, estágios, convênios de cooperação, eventos, atividades de extensão, publicações, prestação de serviços e intercâmbio de alunos com instituições nacionais e internacionais públicas e privadas.

Em agosto de 2011, a Fundação ENA foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina para a oferta de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, por meio da Resolução CEE nº 052 de 09 de agosto de 2011.

Neste período de sua criação até junho de 2013, a Fundação realizou 116 cursos de curta duração, capacitando 5.422 servidores das diversas instâncias do Poder Público. Dentre estes cursos, destacam-se os seguintes cursos no ano de 2013:

Curso	Nº de Participantes	Carga Horária
GEE - Inventário das Emissões de gases Efeito Estufa	120	24
Curso de contratação direta na Administração Pública	30	30
Aperfeiçoamento em Língua Portuguesa	30	80
Curso de Licitações e Contratos	30	30
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	30	30
Execução Orçamentária E Financeira	30	32
Tomada de Decisão, Negociação e Gestão de Conflitos	30	16
Liderança e Trabalho em Equipe	30	16
Projetos Públicos: elaboração e gestão	30	32
Desenvolvimento de Gestores - Epagri – turmas I e II	82	32
Curso de Gestão Pública na Era digital e Governo Eletrônico	30	25
RDC - Regime diferenciado de Contratações	47	28
Simpósio de Combate à Corrupção	130	5
Media Training	10	20
LRF e Contabilidade Pública	30	20
Curso de Formação de Defensores Públicos	45	80
Fundamentos da Gestão de Custos na Administração Pública	38	20
Curso GERCO	15	8
Fundamentos de Direito Administrativo	40	30
Gestão Estratégica de Pessoas no Estado de Santa Catarina	40	25

Retenções na Fonte de Tributos e Contribuições Previdenciárias	30	16
Negociação e Administração de Conflitos	25	25
Instrumentos Inovadores de Gestão Pública	30	35
Trabalho em Equipe e Colaboração na Administração Pública	30	25
Fundamentos do Sistema de Registro de Preços - SRP	35	24
Criação e Gestão de Indicadores para a Administração Pública	35	25
Gestão de Contratos Públicos	35	24
Economia Pública	30	25
Operação e Prestação de Contas do SICONV com OBTV	40	25
Gestão de Almoxarifado e Patrimônio	35	30
Gestão Estratégica na Adm. Pública	35	78

Quanto aos cursos em nível de especialização, a Fundação realizou, no período de março de 2010 à dezembro de 2011, o Curso de Especialização Lato Sensu em Estudos Estratégicos em Administração Pública, em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina. Neste curso, treze servidores da Administração Pública Estadual foram formados, com treze monografias defendidas, conforme tabela a seguir:

ALUNO	NOME ORIENTADOR	TÍTULO DO TRABALHO
Adriana Dorfei Vieira	Altair Boegert, Doutor UFSC	Avaliação dos custos administrativos dos regimes próprios de previdências
Filipe Schuur	Silvio Cario, Doutor UFSC	O governo compra bem?
Francisco Paulini Resende Vilela das Valias	Lauro Mattei, Doutor UFSC	Paradigmas de Administração Públicas voltadas ao alinhamento estratégico da administração indireta
Gilberto Cavedon	Everton Cancellier, Doutor UDESC	
Isadora Castelli	Everton Cancellier, Doutor UDESC	Estratégias Organizacionais das políticas de controle e auditoria interna na Gestão Pública
Jeferson Luiz Bittencourt	Sandra Ensslin, Doutora UFSC	Transparência e Orçamento Público: aferição do índice de transparência orçamentária do Estado de Santa Catarina
Luciano de Carvalho Oliveira	Leonardo Secchi, Doutor UDESC	O papel do poder legislativo segundo a ótica dos servidores da Assembléia Legislativa (ALESC)
Márcio Cassol Carvalho	Ademar Dutra, Doutor UNISUL	Provimento de cargos comissionados e funções gratificadas nas SDR'S
Maria Beatriz Nascimento	Magali Campelli, Doutora SEF	Investimento Estrangeiro direto em Santa Catarina. A atuação do governo estadual, no período de 2005

à 2010

Marina de Souza Santos Garcia Rebelo	Leonardo Secchi, Doutor UDESC	Avaliação de projetos e programas governamentais previstos no PPA
Moises Hoegenn	Arlindo Carvalho da Rocha, Doutor UDESC	A utilização de indicadores na apreciação das de governo
Odir Gomes da Rocha Neto	Everton Cancellier, Doutor UDESC	Adesão à ata de registro de preços na visão dos tribunais
Tatiana Bozza	Leonardo Secchi, Doutor UDESC	Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental: um caminho para a profissionalização da Gestão Pública em S.C

Em 2011 a Fundação ENA iniciou o Curso de Especialização *Lato Sensu* em Controle Externo nas Concessões de Serviços Públicos, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação sob a Resolução 052 de 09 de agosto de 2011. Atualmente o curso se encontra em fase final de realização, com 30 alunos/servidores do TCE que integralizaram todas as disciplinas, perfazendo um total de 509 horas de curso. A finalização do curso, com a entrega das monografias, está previsto para fevereiro de 2014.

Os projetos de pesquisa e as monografias que estão sendo elaboradas são as seguintes:

	Aluno	Orientador	Título
1	ADRIANE MARA LINSMEYER NUNES MACHADO	Msc. Sabrina Nunes Locken	A anulação pelo TCE/SC da primeira PPP deflagrada no Estado: um estudo de caso
2	ALYSSON MATTJE	Msc Gustavo Fontana Pedrollo	Tipo de Licitação mais indicada em concessões normalmente lançadas pelo Poder Público Municipal
3	ANA SOPHIA BESEN HILLESHEIM	Dr Rodrigo Bousfield	A atuação do TCE/SC nas concessões de serviços públicos voltado a "boa administração pública"
4	ANDRESSA ZANCANARO DE ABREU	Dra Elizete Lanzoni Alves	Concessão de serviços públicos: Uma perspectiva da sustentabilidade e responsabilidade

5	ANDREZA SCHMIDT SILVA	Msc. Sabrina Nunes Locken	Sustentabilidade e Concessões e permissões
6	AZOR EL ACHKAR	Msc Gustavo F Pedrollo	Colisão de Princípios: Cooperação X Licitação - A gestão associada de serviços públicos de saneamento básico à luz do art. 241 da Constituição Federal e das Leis Federais no. 8.666/93, 11.107/05 e no. 11.445/07
7	CIBELLY FARIAS	Dr Rodrigo Bousfield	Ministério Público de Contas: perspectivas e ações para defesa dos usuários de serviços públicos concedidos
8	EDAIR DO AMARAL	Dr Alceu de Castro Galvão Júnior	A efetividade dos planos municipais de saneamento básico nos orçamentos municipais
9	EDIMEIA LILIANI SCHNITZLER	Msc Evandro José da Silva Prado	Concessão de gás em Santa Catarina
10	ELTON DAVI STAUB	Dr Luís Moretto Neto	Qual a eficácia e a eficiência da aplicação da Metodologia Geipot na tarifação do Transporte Urbano, em Florianópolis?
11	FLÁVIA BOGONI	Msc Sabrina Nunes Locken	O Tribunal de Contas como promotor da democracia e da cidadania no controle das concessões de serviços públicos - um estudo da atuação do TCE/SC no caso da SC Gás.
12	FLAVIA LEITIS RAMOS	Dra Celina Ramalho	Aspectos Contratuais a serem observados nos contratos firmados entre entidades públicas e privadas para a gestão de unidades hospitalares públicas.
13	FLAVIA LETICIA FERNANDES BAESSO MARTINS	Dr Carlos Tramontin	A análise das concessões de serviços de transporte urbano coletivo no âmbito do Tribunal de Contas de Santa Catarina
14	FRANCIELLY STÄHELIN COELHO	Msc Gustavo F Pedrollo	Políticas públicas adotadas para repartição de riscos nas concessões de serviços públicos e o controle dos Tribunais de Contas sob o enfoque do princípio da eficiência.
15	GILMARA TENFEN	Prof Dr. Claudio Reis Gonçalo	PPP's: o caso de MG.

	WARMLING		
16	HELIO SILVEIRA ANTUNES	Msc Névelis Scheffer Simão	Departamentalização da estrutura Administrativa do TCE-SC para as análises das concessões públicas
17	JAQUELINE MATTOS SILVA PEREIRA	Msc Evandro José da Silva Prado	Possibilidade de atuação do TCE no consórcio regulatório ARIS
18	JOAO ROBERTO DE SOUSA FILHO	Msc Alexandre de Oliveira	Volume de tráfego inicial em concessões de rodovias estaduais: estudo de caso em Santa Catarina
19	JOICE ANDREA DE SOUZA	Dr Alceu de Castro Galvão Júnior	Planos Municipais de Saneamento Básico e Índices Econômicos dos Municípios Catarinenses
20	MADELEINE WALENDOWS KY SPRICIGO	Msc Michele Patrícia Roncalio	em construção
21	MARCOS ROBERTO GOMES	Msc Maurício Luiz Sens	Indicadores de qualidade das estruturas de saneamento básico em concessão.
22	MAXIMILIAN O MAZERA	Msc Osvaldo Faria de Oliveira	A depreciação na determinação do valor indenizável aos concessionários de serviços públicos
23	MIRIAN TERESINHA DEMONTI ROSA	Msc Osvaldo Faria de Oliveira	Procedimentos de julgamento de propostas aplicáveis: licitações para outorga de concessões de serviços públicos.
24	OTTO CESAR FERREIRA SIMÕES	Msc Luiz Antonio Chiodini	A Gestão associada de serviços públicos na área de saneamento publico
25	PATRYCIA BYANCA FURTADO	Dra Elizete Lanzoni Alves	Aspectos da sustentabilidade considerados na apreciação das concessões pelos Tribunais de Contas
26	PAULO JOÃO BASTOS	Msc Sidnei Silva	Atuação de TCE/SC no exercício do controle externo junto a concessionária SCGÁS AS
27	PEDRO JORGE ROCHA DE OLIVEIRA	Msc Geraldo Basílio Sobrinho	Acompanhamento pelas entidades reguladoras do cumprimento dos planos municipais de saneamento básico por parte dos prestadores de serviço
28	RAFAEL BERTEMES SILVA	Phd José Alonso Borba	A disponibilização de informações das agências reguladoras de saneamento básico do Estado de SC

29	RODRIGO DUARTE SILVA	Dr Sílvio Serafim da Luz Filho	em construção
30	ROGERIO LOCH	Msc Alceu Galvão	Tema: Concessionária de saneamento básico regulada por várias agências reguladoras, implicações e possibilidades.

Salienta-se que nos dois cursos em nível de especialização desenvolvidos pela Fundação ENA, foi estimulado o desenvolvimento de Projetos de Pesquisas orientados por docentes que atuam em Programas de Pós-Graduação em Instituições de Ensino Superior, cujo foco é a investigação de temáticas significativas e emergenciais da Administração Pública.

III. Justificativa

A carência de programas de treinamento, de aperfeiçoamento e de desenvolvimento profissional na Administração Pública brasileira tem sido apontada como um dos principais entraves à dinamização e à racionalização dos serviços públicos nos últimos anos.

Para ajudar a mitigar este problema, o Governo do estado de Santa Catarina criou a Fundação Escola de Governo ENA, voltada, primordialmente, à capacitação dos servidores públicos vinculados aos poderes executivo, legislativo e judiciário de Santa Catarina.

Este projeto de curso de pós-graduação *lato sensu* de Especialização em *Gestão Pública Avançada*, foi estruturado de forma a atender a esta demanda de formação profissional em gestão na administração pública, visando oferecer uma formação profissional consistente e que atenda aos requisitos de rigor científico e didático.

Espera-se deste curso uma formação acadêmica avançada e de qualidade, com titulação compatível, voltado para a qualificação funcional e profissional dos participantes e que atenda aos interesses e às necessidades de desenvolvimento da Administração Pública.

Este curso de especialização irá: 1) garantir o cumprimento da Lei 446/2009, acerca das atribuições da Fundação ENA quanto às diretrizes e metodologias de ensino

e aprendizagem; 2) possibilitar aos alunos/servidores da Administração Pública brasileira a obtenção de título de especialista em Gestão Pública Avançada; 3) fortalecer a relação entre a Fundação ENA e o governo do Estado de SC.

IV. Coordenação Técnica e Administrativa

- a) **Coordenador Técnico:** Junia Rosa Soares, MSc.
- b) **Equipe Técnica e Administrativa:**
Claudia Regina Castelano Losso – Consultora Educacional Fundação Escola de Governo ENA.
- c) **Representante Institucional: Profa. Dra. Martha Kaschny Borges – Presidente da Fundação ENA**

V. Organização do Curso

- a) **Objetivos**
- a.1) **Objetivo Geral**
- Pensando na importância da implementação de programas de capacitação voltados para a formação de profissionais capazes de elaborar novas técnicas e processos e, tendo em vista as necessidades de desenvolvimento da gestão pública, o curso de Especialização Lato Sensu em *Gestão Pública Avançada*, tem como **objetivo** principal formar gestores públicos comprometidos com altos padrões de eficiência da administração pública.
- a.2) **Objetivos Específicos.**
- Formar gestores públicos proporcionando-lhes a aquisição de conhecimentos e instrumentos de gestão, que contribuam para a elevação dos padrões de eficiência e eficácia da administração pública;

- Formar pessoal qualificado para as atividades relacionadas à pesquisa e ao magistério superior;
- Desenvolver uma visão ampla e integrada da administração pública junto aos participantes, favorecendo a reflexão e o debate sobre a ética pública, a democracia, a cidadania e a responsabilidade do Estado perante a sociedade;
- Promover a prospecção e a difusão de novos conhecimentos sobre gestão pública por meio de estudos e de capacitação em organizações públicas, mistas e privadas.

b) Público Alvo

O curso é destinado servidores da Administração Pública, especialmente coordenadores e gestores, nas três esferas de poder: municipal, estadual e federal.

c) Número de vagas mínimo e máximo.

Cada turma do curso de Especialização em *Gestão Pública Avançada* será composta de 40 estudantes/servidores públicos.

d) Modalidade, carga horária e frequência

A pós-graduação será presencial e totalizará 435 horas. A frequência às aulas teóricas, práticas, seminários e outras atividades obrigatórias programadas serão objeto de avaliação escolar. A frequência mínima obrigatória para cada disciplina será de 75%.

e) Período e periodicidade

O curso se desenvolverá em dezesseis meses. As aulas teóricas, seminários, palestras e participação em eventos serão concentradas nos doze primeiros meses, em dois encontros quinzenais: sextas feiras e sábados, perfazendo um total de 15 horas aula semanais e 30 quinzenais. Os quatro meses restantes serão destinados à execução de investigação e à redação da monografia.

Cada turno de aula terá a duração de quatro horas/relógio, que corresponderá a 5 hora/aula. Para efeitos deste curso de pós-graduação adotar-se-á hora/aula correspondente a 50 minutos.

f) Inscrições

O curso de Especialização *Lato Sensu* em *Gestão Pública Avançada* terá sua inscrição realizada pela Fundação ENA e os estudantes que poderão frequentar o curso serão aqueles selecionados pelos órgãos da Administração Pública que farão sua indicação para o curso e que serão os responsáveis pela liberação dos servidores nos dias de aula e o pagamento do Curso.

f.1) Local de Inscrição e matrícula

As inscrições serão efetuadas na Fundação ENA, Centro Empresarial Corporate Park - Rodovia SC 401, Km 9, nº 8600, Bloco 7, CEP 88050-001 – Santo Antônio de Lisboa - Florianópolis – SC.

f.2) Valor da inscrição e matrícula

A inscrição e a matrícula serão totalmente gratuitas para o servidor matriculado. O pagamento será feito pelo órgão de origem, no valor total de R\$ 10.963,00 (Dez mil, novecentos e sessenta e três Reais), pagos da seguinte forma: uma entrada de R\$ 1.096,00 no ato da inscrição e onze parcelas mensais de R\$ 897,00.

g) Processo de seleção

A comissão indicada pelo Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação *Lato Sensu*, designada pelo Presidente da ENA, poderá vetar a inscrição de qualquer candidato que não tenha os requisitos mínimos: 1) diploma de graduação.

h) Critérios de avaliação do rendimento

h.1) Nas disciplinas

A verificação de aprendizagem será realizada por disciplina mediante a realização de provas, testes, trabalhos individuais e/ou de grupos, em conformidade com os critérios prescritos nos planos de ensino de cada disciplina, e registradas na forma de notas de 0 (zero) a 10 (dez). Os planos de ensino serão divulgados aos alunos antes do início das respectivas disciplinas.

O aluno para ser aprovado em cada disciplina deverá ter uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da prevista para a disciplina, e nota final igual ou superior a 7,0 (sete virgula zero).

h.2) No Curso

Além da aprovação nas disciplinas que compõem o curso, para obter o título de Especialista o aluno deverá apresentar, ao término do conjunto de disciplinas, uma Monografia, observados os seguintes procedimentos:

- As monografias serão elaboradas dentro das áreas descritas na letra “i” adiante;
- As monografias deverão ser feitas sempre individualmente;

3) Até o encerramento das disciplinas, os alunos deverão elaborar o projeto de pesquisa e escolher um orientador. O projeto de pesquisa será avaliado nos aspectos acadêmico-metodológicos e quanto à vinculação do tema as linhas de pesquisa, pela Fundação ENA.

4) O prazo máximo para a entrega da monografia, em qualquer caso, é de 120 (cento e oitenta) dias após o término da última disciplina.

5) As monografias serão avaliadas em face de:

- a) observância das normas de apresentação de trabalhos técnico-científicos da ABNT;
- b) objetivos e estrutura proposta pela Fundação ENA
- c) qualidade, clareza e objetividade do texto escrito;
- d) lógica da apresentação dos conteúdos (ordenação interna);
- e) criatividade, ideias inovadoras, capacidade de argumentação e relação com os conteúdos programáticos das disciplinas do Curso.

6) A avaliação será realizada pelo professor orientador dentro de 30 dias a partir da entrega formal da Monografia à coordenação. O orientador deverá assinar o documento respectivo, que será encaminhado pela Fundação ENA, com a avaliação do trabalho.

7) Será aprovado na Monografia o aluno que obtiver o conceito “apto”.

8) Para receber o título de Especialista em *Gestão Pública Avançada* o aluno deverá ter sido aprovado em todas as disciplinas, e ter obtido conceito “apto” na Monografia.

h) Áreas de desenvolvimento das Monografias:

As Monografias a serem desenvolvidas, conforme fixado no item anterior, deverão abordar assunto pertinente a “*Gestão Pública*” dentro das seguintes áreas:

- Gestão de Inovações e Tecnologias Organizacionais
- Administração Pública e Políticas Públicas

i) Disponibilidade de espaço físico, laboratórios e material bibliográfico

O curso será oferecido integralmente na Fundação ENA, localizada na Rodovia SC 401, Km 9, nº 8600, *Corporate Park*, Bloco 7, CEP 88050-001 – Santo Antônio de Lisboa - Florianópolis – SC.

A Fundação ENA conta com de 02 (duas) salas de reunião para grupos de estudo, 01 (uma) sala para professores; 03 (três) salas destinadas ao setor Administrativo Financeiro e Acadêmico; 12 (doze) banheiros, sendo 01 (um) para PNE; 02 (duas) copas; 02 (duas) recepções; 02 (duas) salas exclusivas para a realização de aulas e 02 (dois) Laboratórios de Informática, sendo que 01 (um) pode ser convertido em sala de aula.

A ENA possui 02 impressoras próprias e 02 locadas. As salas de reunião possuem TV LCD 42” e mesa de reunião.

As salas de aula, contam com todos os recursos instrucionais necessários às aulas: Lousa digital, data show, retroprojektor, computador em rede, conexão a internet Wireless, sendo todas climatizadas.

A Fundação Ena possui 02 (dois) laboratórios de informática com área aproximada de 63 m² com 47 computadores, sendo:

Laboratório 1 – capacidade para 24 (vinte) alunos, com 12 (doze) computadores de última geração com monitor 17” e Lousa digital.

Laboratório 2 – capacidade para 35 (trinta e cinco) alunos, com 35 (tinta e cinco) computadores de última geração com monitor 17” e Lousa digital.

Todas as áreas são climatizadas, com equipamentos em rede própria interligados à CIASC – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina:

A Fundação ENA disponibiliza, ainda, de 05 (cinco) Notebooks: 03 (três) HP, 2.26 GHz, 1 GB, HD 160GB e monitor de 14” e 2 (dois) Lenovo 2.26 GHz, 1 GB, HD 160GB e monitor de 14”.

I.2) Material Bibliográfico

A Biblioteca da Fundação ENA possui uma área de 48 m² com 4 mesas de estudo, conta com um acervo de aproximadamente 1200 livros.

VI. Estrutura curricular

a) **Concepção geral**

O currículo do curso foi estruturado de forma a conduzir o aluno à obtenção final do título de Especialista em *Gestão Pública*.

A estrutura curricular do curso está distribuída em doze meses de aulas com 435 horas/aula de conteúdo específico. Outros seis estão dedicados à realização das Monografias.

As atividades do curso estão divididas em cinco módulos:

Módulo I – Fundamentos da Gestão Pública: contempla disciplinas introdutórias à administração pública;

Módulo II - Contabilidade, Orçamento e Finanças: contempla disciplinas voltadas ao planejamento e a inteligência da gestão das finanças públicas;

Módulo III – Gestão da Administração Pública: contempla as disciplinas voltadas ao estudo de ferramentas para a gestão organizacional e o planejamento e gestão das organizações públicas

Módulo IV - Formação: contempla disciplinas fundamentais da metodologia científica e didática de ensino superior.

Monografia: serão realizadas com orientação dos professores do curso, ou de professores externos ao curso, desde que credenciados pela Fundação ENA. Seguirão as linhas de pesquisa do curso (vide item IX a seguir).

b) **Estruturação específica**

b.1) Matriz curricular

Programa Curso de Gestão Pública Avançada

Módulo I – Fundamentos da Gestão Pública - 75 hrs/aula

Disciplinas	C/H	EMENTA
Administração Pública Brasileira <i>Profa Dra. Patrícia Vendramini</i> <i>(Prof. Mauricio Serva, Dr).</i>	15	Escolas do pensamento administrativo. Heranças intelectuais e políticas. Tradições do estudo de administração pública: administração pública burocrática, gerencialista e novo serviço público. Dicotomias: entre política e administração, entre teoria e prática e entre fato e valor. Administração dos valores publicamente definidos (eficiência, democracia, justiça etc.) Modelos de Organização: do tradicional ao matricial.
Princípios Legais da Administração Pública <i>Professor Jose Sérgio da Silva Cristovam, Dr..</i>	15	Noções de Direito. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Organização Politico-Administrativa do Estado Democrático de Direito. Princípios Constitucionais da Administração Publica e Princípios Legais Regedores de Sua Atividade.
Análise de Políticas Públicas <i>Prof Francisco Gabriel Heidemann</i> <i>(Prof. Leonardo Secchi, Phd.)</i>	15	Dimensões de análise das políticas públicas: tipos de políticas públicas, atores de políticas públicas, fases do processo de elaboração de políticas públicas (formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação, extinção), instituições, estilos de política pública.
Gestão Estratégica de Organizações Públicas <i>Prof. Graziela Dias Alperstedt, Dra.</i>	30	Contextualização e definição de estratégia; As escolas e as tipologias de estratégia. Estratégia nas organizações; Planejamento e estratégia em organizações públicas; Análises externas e internas às organizações públicas; Cenários estratégicos; Sistemas de informações e principais indicadores sociais e econômicos brasileiros; Decisões estratégicas e níveis estratégicos; Desenvolvimento de estratégias nas organizações; Alianças estratégicas no setor público.

Módulo II - Contabilidade, Orçamento e Finanças – 105 hrs/aula

Disciplinas	C/H	EMENTA
Economia Brasileira <i>Prof. Fernando Seabra, Phd / Professora Brena</i>	30	Economia Pública: As funções do Estado na economia. Falhas de mercado e regulação econômica. A economia do bem-estar. Mercados, eficiência e equidade. Tributação. Estrutura dos gastos públicos. Inflação e seus efeitos sobre a

<i>Fernandez, Dra.</i>		arrecadação e os gastos do Estado. Déficit público, dívida pública e seus impactos sobre o crescimento econômico. O papel do Estado no desenvolvimento econômico.
Orçamento e Contabilidade e Finanças Públicas Públicas <i>Professora Michele Patricia Roncálio, MSc</i>	45	Planejamento. Orçamento Público. Orçamento público; Orçamento público na Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal; Elaboração da proposta orçamentária. Plano Plurianual (PPA). Lei de diretrizes orçamentárias (LDO). Lei orçamentária de acordo com a LRF. Receita e despesa pública. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Contabilidade pública e a nova estrutura do Plano de Contas obrigatório para União, Estados e Municípios Estrutura dos Novos Demonstrativos Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa, Balanço Patrimonial; Prestação de contas; Controle interno e controle externo; Transparência governamental. Lei de Responsabilidade Fiscal e suas implicações para o serviço público.
Controle Interno e Auditoria no Setor Público <i>Prof. Arlindo Carvalho da Rocha, Dr.</i>	30	Controle da Administração Pública. Tipologia do controle e suas peculiaridades. Controle interno e controle externo. Controladoria e Sistemas de Informação. Controle social. Diferenças entre controle interno, auditoria interna, controladoria e <i>accountability</i> .
Módulo III – Gestão da Administração Pública – 210 horas/aula		
Disciplinas	C/H	EMENTA
Projetos Públicos: Elaboração e Gestão <i>Prof. Valério Turnes, Dr.</i>	30	Considerações gerais sobre políticas, programas, projetos públicos no contexto brasileiro; O gestor de programas e projetos públicos: desenvolvimento de competências; As funções gerenciais: planejamento, organização, coordenação, direção e controle; Eficiência, eficácia e efetividade em programas e projetos públicos. Projetos públicos versus privados. Ferramentas e métodos para elaboração, execução de projetos públicos; Monitoramento e avaliação; Indicadores: conceitos, e tipos; Ciclo da avaliação; Práticas de sucesso em projetos públicos.
Projetos Públicos Internacionais <i>A ser indicado pela L'Ena França</i>	30	Missão Francesa
Gestão de Contratos e Convênios <i>Prof. Felipe Boselli,</i>	30	Abordagem dos conceitos relativos à gestão de contratos na Administração Pública; Formas de contratação na Administração Pública; Fundamentos e principais

<p>MSc .</p>		<p>dispositivos da legislação vigente referente a contratos na Administração Pública; Contrato administrativo: regime jurídico, gestão, alterações, aditamentos, fiscalização, sanções; Riscos quanto à motivação do gasto, à compatibilidade do preço praticado, ao recebimento (liquidação da despesa) e à destinação para fins de interesse público. Atores envolvidos no processo de contratação e de gestão de contratos na Administração Pública Estadual.</p>
<p>Monitoramento e Avaliação da Gestão Governamental <i>Prof. Valério Turnes, Dr.</i></p>	<p>30</p>	<p>Conceituação e características de indicadores. Identificação de aspectos relevantes e mensuráveis de um projeto ou ação com vistas à construção de indicadores de desempenho. Construção de indicadores de desempenho para contratualização; Tipos de indicadores (de esforço, de resultados). Qualidade dos indicadores. Análise simplificada e estudos de caso visando à compreensão do uso de indicadores como avaliação de processo em curso ou concluídos, correção de planejamento e mensuração de resultados</p>
<p>Gestão da Informação, do Conhecimento e da Inovação nas Organizações Públicas <i>Prof. Denilson Sell, Dr.</i></p>	<p>15</p>	<p>Produção da informação e do conhecimento. Sociedade Industrial e Sociedade do Conhecimento. A gestão do conhecimento, da inovação e da criatividade nas organizações. A Gestão do Conhecimento e os Modelos de Gestão Organizacional. A informação, a comunicação e o conhecimento nas organizações públicas; Gestão de Mudança; Gestão da Inovação; Inteligência Organizacional. Tecnologia da Informação Aplicada a Gestão do Conhecimento</p>
<p>Gestão Empreendedora no Setor Público <i>Professora Deborah Berneditt, Dra.</i></p>	<p>15</p>	<p>A Essência Filosófica do Empreendedorismo. O Empreendedorismo Coletivo, Social e Público. O Indivíduo Empreendedor: influência dos aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos. O Empreendedorismo Institucional ou Intra empreendedorismo. O Processo Empreendedor: Estratégia, Aquisição de Recursos e o Processo de Organização. Fontes e Fomentos para Empreendimentos Públicos Inovadores. O Papel do Estado para fomentar a ação empreendedora. Empreendedorismo e o Desenvolvimento Econômico.</p>
<p>Gestão de Processos <i>Prof. Rogério Lacerda, Dr.</i></p>	<p>30</p>	<p>A organização vista como um processo. Gestão de processos. Conceitos básicos. Mapeamento, análise e redesenho de processos. Implantação, acompanhamento e avaliação. Métodos e técnicas utilizadas na gestão de processos. Perspectivas futuras frente ao modelo tradicional.</p>
<p>Gestão Pública para Resultados</p>	<p>30</p>	<p>Gestão pública por resultados. Modelos de gestão por resultados. Modelo de excelência, da competitividade, da</p>

<i>Profa. Carolina Andion, Dra.</i>		qualidade e da sustentabilidade organizacional. <i>Gespública.</i>
Módulo IV – Formação – 45 horas/aula		
Disciplinas	C/H	EMENTA
Metodologia da Pesquisa Científica <i>Professora Sandra Ensslin, Dra.</i>	30	Métodos e técnicas científicas. Processo de pesquisa. Estudos qualitativos e estudos quantitativos. Projeto de pesquisa: definição do objeto de estudo; delimitação do tema; problema de pesquisa; hipóteses/pressupostos/questões de pesquisa; identificação dos objetivos; justificativa do estudo; delimitação da pesquisa; caracterização da pesquisa; universo/população e amostra; instrumentos de coleta e tratamento dos dados. Análise dos dados. Interpretação dos resultados; Estrutura de relatório e rigor metodológico. Artigos científicos
Didática do Ensino Superior <i>Professora Alba Batistti, Dra.</i>	15	Universidade e ensino. A universidade no Brasil. Universidade, sociedade e desenvolvimento. Objetivos da educação moderna e contemporânea. Métodos e técnicas (estratégicas) de ensino. As várias concepções metodológicas da experiência educacional. Ampliação da aprendizagem. Didática do ensino superior. Avaliação da aprendizagem universitária. Ensino e tecnologia da informação.

b.2) Bibliografia:

1) [Metodologia da pesquisa]

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos; pesquisa bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

2) [Didática do Ensino Superior]

CUNHA, Maria Isabel. O Professor Universitário na transição dos paradigmas. Araraquara: JM Editora, 1998.

MASETTO, Marcos T. Docência universitária. Campinas: Papyrus, 1998.

_____. Competência pedagógica do professor universitário. São Paulo: Summus, 2003.

MASETTO, Marcos; MORAN, José Manuel; BEHERENS, Marilda. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. Campinas, SP: Papyrus Ed., 2000.

PERRENOUD, Philippe e outros. As competências para ensinar no século XXI. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

PIMENTA, Selma G. e ANASTASIOU, Lea. Docência no Ensino Superior. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNESCO – Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, Paris, 1998.

3) [Administração Pública Brasileira]

BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (orgs.). Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

DENHARDT, Robert B. Theories of Public Organization. 4th ed. Belmont, CA: Thomson/Wadworth, 2004.

DE PAULA, A. P. P. Por uma nova gestão pública. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRAHAM Jr., C. B.; HAYS, S. W. Para administrar a organização pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

KEINERT, T. M. M. Administração pública no Brasil: Crises e mudança de paradigmas. 2. ed. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2007

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública, v. 40, n. 3, pp. 479-99, maio-junho 2006.

MAXIMIANO, Antônio C. A. Teoria geral da administração. 3.ed. São Paulo : Atlas, 2002.

RIBEIRO, Antonio de Lima. Teorias da administração. São Paulo : Saraiva, 2003.

WEBER, Max (1922) Economia e sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva, V. 1. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

TORRES, M. D. de F. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro:

FGV, 2004.

5) [Análise de políticas públicas]

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva Tendências no estudo sobre avaliação, in Rico, Elizabeth Melo (Org.) Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, n. 51, fevereiro de 2003, pp. 21-29.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 20, n. 59, outubro de 2005, pp. 97-109.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, Junho de 2000, pp. 212-259.

HEIDEMANN, Francisco Gabriel, SALM, José Francisco (orgs.), Políticas públicas e desenvolvimento. Brasília: Editora da UnB, 2009.

HOWLETT, Michael e RAMESH, M. Studying public policy: policy cycles and policy subsystems. Toronto: Oxford University Press, 2003.

OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 1999.

REZENDE, Flávio da Cunha. Razões da crise de implementação do Estado gerencial: desempenho versus ajuste fiscal. Revista de Sociologia e Política, vol. 19, pp. 111-121, nov. 2002.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, categorias de análise, casos práticos. Mimeo, São Paulo: Cengage, 2010.

SOUZA, Celina. Estado da arte em políticas públicas, in HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta Teresa da Silva, MARQUES, Eduardo Cesar (org.) Políticas públicas no Brasil, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

VINING, Aidan R., WEIMER, David L. Introducing policy analysis craft: the sheltered workshop. Journal of Policy Analysis and Management, v. 21, n. 4, 2002, pp. 697-707.

6) [Empreendedorismo Público]

ACS, Zoltan, L.; STOREY, David J. Introduction: entrepreneurship and economic development.

Regional Studies, v.38.8, p.871-877, nov.2004.

BRUYAT, Christian, JULIEN, Pierre-André. Defining the field of research in entrepreneurship. Journal of Business Venturing v. 16, p. 165-180, Elsevier Science Inc. New York. 2000.

FIGUEIREDO, Marina Dantas de; LEITE, Emanuel Ferreira. Cidades Empreendedoras: as novas visões sobre planejamento urbano e desenvolvimento econômico no Brasil. Revista Eletrônica de Administração, v.12, n.5 set./out.2006.

GRIMM, Heike. Do public information and subsidies contribute to the entrepreneurial environment? Un exploratory transatlantic study with global-local perspectives. Journal of Public Administration, 29:1167-1193, 2006.

SCHUMPETER. Joseph A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 3a. edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988..

7) [Gestão Estratégica das Organizações Públicas]

ANSOFF, H. I. (Org.); HAYNES, R. L. (Org) & DECLERK, R. P. (Org.) (1999). Do planejamento estratégico à administração estratégica. São Paulo: Atlas.

GANDIN, D. (2004) A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, política, religioso e governamental. São Paulo: Vozes.

MINTZBERG, H. (2004) Ascensão e queda do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman

OLIVEIRA, D. de P. R. de. (2005) Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, e práticas. São Paulo: Atlas.

REZENDE, D. A. (2008) Planejamento estratégico para organizações privadas e públicas – guia prático para a elaboração do projeto de plano de negócios. Rio de Janeiro: Brasport.

8) [Gestão de processos]

BRASIL. Guia D Simplificação. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão : Brasília, 2005.

GOLDRATT, Eliyahu M. ; COX, Jeff. A Meta: um processo de melhoria continua. 2. ed. São Paulo; Nobel, 2002.

SCHMENNER, Roger W.. Administração de operações em serviços. São Paulo: Futura, 1999.

9) [Economia Brasileira]

AGUIRRE, B. M.; MORAES, M. R. Questão Federativa no Brasil: um “estado das artes” da Teoria. Revista de Economia Política, vol. 17, n.1, 1997, pp. 121-135. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/65-7.pdf> Acesso em 28/05/2013.

CARVALHO, C. E. O Papel Decisivo das Finanças Públicas diante da Instabilidade Econômica Recorrente na América Latina. Textos para Discussão / PUCSP, n. 03, 2002, pp. 1-20. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/Ecopol/2002/TD0302.pdf> Acesso em 28/05/2013.

GIAMBIAGI, F; ALÉM, A. C. Finanças públicas: teoria e prática. Rio de Janeiro, Campus, 2008. (Caps. 1, 3, 10 e 15).

REZENDE, F. Finanças públicas. São Paulo: Atlas, 2007. (Cap. 18).

10) [Orçamento, Contabilidade e Finanças Públicas]

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da. Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 3ª ed. Volume I. Brasília: Gestão Pública Editora e Treinamentos, 2013.

BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva, atualizado com a Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, LRF e portarias da SOF/STN-MCASP. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 16 de junho de 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 001/1992 a 073/2013 e Emendas Constitucionais de Revisão n.01 a 06/94. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 de junho de 2013.

BRASIL. Lei complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal e dá outras providências. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 16 de junho de 2013.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. Parte I – Procedimentos contábeis orçamentários: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Válido para o exercício de 2013. Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012. 5ª ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2012. Disponível em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/artigos/Parte_I_-_PCO.pdf> Acesso em: 16 de junho.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. Parte V – Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Válido a partir do exercício de 2013. Portaria STN nº 437/2012. 5ª ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2012. Disponível em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/artigos/Parte_V_-_DCASP.pdf> Acesso em: 16 de junho.

SANTA CATARINA. Constituição do Estado de Santa Catarina: promulgada em 05 de outubro de 1989 atualizada até a Emenda Constitucional n. 064/2012. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/legislacao/docs/constituicaoEstadual/constituicao.pdf>>. Acesso em: 16 de junho de 2013.

RONCALIO, Michele Patricia, organizadora. Princípios e normas de contabilidade aplicadas ao setor público. Florianópolis: Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, 2010.

11) [Controle Interno e Auditoria]

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Finanças públicas, democracia e accountability. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.

CAMPOS, Ana Maria. Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o português? Revista da Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, fev./abr. 1990.

CENEVIVA, Ricardo. Accountability: novos fatos e novos argumentos – uma revisão da literatura recente. Anais do EnANPG-2006. São Paulo, nov. 2006.

ENTELMAN, Remo F. Teoria general de conflictos: hacia um nuevo paradigma. 2. ed. Barcelona: Gedisa, 2005. p. 43 – 65.

ROCHA, Arlindo Carvalho. Auditoria de Gestão – uma forma eficaz de promoção da

Accountability. Anais do XXXI EnANPAD. Rio de Janeiro, set. 2007.

_____. O Processo Orçamentário Brasileiro como Instrumento de Accountability. Anais do EnANPG-2008. Salvador, nov. 2008.

_____. Accountability na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens. Contabilidade, Gestão e Governança. Brasília, v. 14, n. 2, mai-ago 2011.

_____. Democracia, Accountability e Participação. Anais do VI ENAPEGS-2012. São Paulo, mai. 2012.

_____. A realização da accountability em pareceres prévios do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Revista de Administração Pública, Brasil, 47, jul. 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9638/8671>.

SANTOS, Ricardo Stersi S. Noções gerais da arbitragem. Florianópolis: Boiteux, 2004.

12) [Projetos Públicos: elaboração e Gestão]

ARMANI, Domingos. Como elaborar Projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.

KEELING, R. Gestão de projetos: uma abordagem global. São Paulo: Saraiva, 2006.

KISIL, R. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil. 3ed. São Paulo: Global, 2004.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. RAP, 37(5), 969-92, set/out 2003.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). Um Guia do Conjunto de Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK), 3ª Edição, 2004. Pennsylvania Disponível em: <http://www.cos.ufrj.br/~mareas/livros>

TANCREDI, F. B.; KISIL, M. Inovando o Ensino da Gerência de Projetos Sociais. REAd. (4) 2 no 3 nov-dez, 1996.

13) [Gestão de Contratos e Convênios]

Brasil. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações básicas. Tribunal de Contas da União. – 3. ed, rev. atual. e ampl. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Interno, 2006. (disponível em www.tcu.gov.br)

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 16.

ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2008.

ALVIM, Arruda; ALVIM, Eduardo Arruda; TAVOLARO, Luiz Antonio. Licitações e contratos administrativos: uma visão atual à luz dos Tribunais de Contas. Curitiba: Juruá, 2006.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 27.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 23 ed. rev.ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CRETELLA JÚNIOR, José. O desvio de poder na administração pública. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

_____. Tratado de direito administrativo. 2. ed., atual., ampl. e rev. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 2 v.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DALLARI, Adilson Abreu; JUSTEN FILHO, Marçal; SUNDFELD, Carlos Ari; Sociedade Brasileira de Direito Público. Parcerias público-privadas. São Paulo: Malheiros, 2005.

DALLARI, Adilson Abreu. Aspectos jurídicos da licitação. 7. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Curso de Direito Administrativo. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Sistema de registro de preços e pregão. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

_____. Contratação direta sem licitação: dispensa de licitação: inexigibilidade de licitação: comentários às modalidades de licitação, inclusive o pregão -procedimentos exigidos para a regularidade da contratação direta. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

FIGUEIREDO, Lucia Valle. Curso de direito administrativo. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2006.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010.

_____, Marçal. Curso de direito administrativo. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 12. ed. rev., atual. e ampl. São

Paulo: Saraiva, 2008.

MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. 14. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos

MEIRELLES, Hely Lopes; AZEVEDO, Eurico de Andrade; MONTEIRO, Vera. Licitação e contrato administrativo: (de acordo com a Lei 8.666, de 21.6.1993, com as alterações posteriores. 15. ed. atual. por Eurico de Andrade Azevedo e V. São Paulo: Malheiros, 2010.

MUKAI, Toshio. Licitações e contratos públicos. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 32. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009.

14) [Gestão do Conhecimento e Inovação em Organizações Públicas]

COLLINS, James C.; PORRAS, Jerry I. Feitas para Durar ? Práticas Bem-Sucedidas de Empresas Visionárias. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DRUCKER, Peter F.. Inovação e Espírito Empreendedor. São Paulo: Pioneira, 1994.

DRUCKER, Peter F.. A Administração na Próxima Sociedade. São Paulo: Nobel, 2002.

MOTTA, Paulo R.. Transformação Organizacional ? A Teoria e a Prática de Inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. Criação de Conhecimento na Empresa? Como as Empresas Japonesas Geram a Dinâmica da Inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TERRA, José Cláudio, GORDON, Cindy. Portais Corporativos. São Paulo: Editora Negócio, 2002

15) [Monitoramento e Avaliação da Gestão Governamental]

BONAMINO, A. C. de.; BESSA, N. O “estado da avaliação” nos estados. In: BONAMINO, Alicia; BESSA, Nícia; FRANCO, Creso. (Orgs.). A avaliação da educação básica. Rio de Janeiro: PUC, 2004. p. 65-78

DEMO, P. Lógica e democracia da avaliação. Ensaio. Rio de Janeiro, v.3, n.8, p. 323-30, jul./set. 1995.

FREITAS, D N. T. de. A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa . São Paulo, 2005a. Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Estado de São Paulo – USP.

INEP. Na medida. Boletim de Estudos Educacionais do Inep, Brasília, ano 1, n. 1, 2009. (Disponível em <http://www.inep.gov.br/basica/saeb/caracteristicas.htm>): acessado em 16/02/2013.

VIEIRA, S. L. Indicadores de sucesso: a construção da qualidade. Educação básica: política e gestão da escola / Sofia Lerche Vieira. – Fortaleza: Liber Livro, 2008. p. 105-129 – (Coleção Formar)

16) [Gestão por resultados]

ALECIAN, S.; FOUCHER, D. Guia de gerenciamento no setor público. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: ENAP, 2001.

LIMA, P. D. B. A excelência em gestão pública: A trajetória e a estratégia do Gespública. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MOYNIHAM, D. P. The dynamics of performance management. Washington, D. C.: Georgetown University Press, 2008.

POISTER, T. H. Measuring performance in public and nonprofit organizations. San Francisco: Jossey-Bass, 2003.

POPOVICH, M. G. (ed.). Creating high-performance government organizations. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

TROSA, Sylvie. Gestão pública por resultados. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: ENAP, 2001.

VII. Metodologia

Os cursos da Fundação ENA são amparados pela vasta experiência da École National d'Administration, ENA França, cujo foco é a vinculação entre a ação prática e o conteúdo dos cursos.

A característica que se destaca, do ponto de vista metodológico, é a estreita ligação entre teoria e prática, privilegiando o saber voltado à obtenção de resultados e os estudos de caso, conforme modelo da Escola na França.

As principais metodologias privilegiadas no curso têm como foco à dimensão definida anteriormente.

Considerando que a Fundação ENA tem como finalidade a formação continuada de servidores públicos, numa perspectiva de desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para a elevação dos padrões de eficiência, eficácia e efetividade da administração pública, as estratégias e metodologias de ensino precisam ser coerentes com estes aspectos.

Neste sentido, entendemos estratégias de ensino como os meios que o professor utiliza em aula para facilitar/potencializar a aprendizagem dos alunos, desde a organização do espaço, até a preparação dos materiais a serem usados, os recursos audiovisuais, digitais, as técnicas de estudo de casos, os estágios, os jogos de simulação, os trabalhos colaborativos, etc. Entretanto é preciso ressaltar que as estratégias ou metodologias de ensino adotadas precisam necessariamente ser definidas em função dos objetivos de aprendizagem propostos no Curso, na disciplina.

As principais metodologias desenvolvidas pelos professores convidados pela Fundação ENA são:

- Estudos de caso
- Atividades de estudo (produções individuais e em equipes)
- Seminários

Além destas atividades, o curso também oportunizará a realização de conferências, mesas-redondas e debates com experts nos temas discutidos.

VIII. Corpo docente

O corpo docente do curso será constituído a partir de três diretrizes básicas: ser credenciado junto à Comissão de Credenciamento de Docentes da Fundação, ter experiência e expertise na área de conhecimento e a compatibilidade da titulação.

Os professores serão pós-doutores, doutores ou mestres formados e atuando nas principais universidades brasileiras e que, na maioria, mantenham contato com grupos de pesquisa científica, projetos, intercâmbios e atividades voltadas para a construção da cidadania. Poucos possuem especialização, mas possuirão notório saber em sua área de atuação, cujo conhecimento técnico não é oferecido em universidades. Preferencialmente serão convidados professores que já tenham ministrado aulas em

cursos oferecidos pela Fundação ENA e que tenham recebido avaliação positiva de seu desempenho.

Os honorários que serão atribuídos aos professores respeitará o Decreto 1350, de 28 de janeiro de 2013, do Governo do Estado de Santa Catarina, que fixa critérios para a concessão de honorários de hora-aula na Fundação ENA.

IX. Linhas de Pesquisa

O Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão Pública Avançada possui duas linhas de pesquisa:

- Gestão de Inovações e Tecnologias Organizacionais: propõe-se a realizar estudos sobre as decisões e ações estratégicas que as organizações desenvolvem para promover mudanças em forma de tecnologias e informações organizacionais.
- Administração Pública e Políticas Públicas: propõe-se a estudar a estrutura das organizações públicas, as relações entre política e administração pública, as instituições, atores, e os instrumentos das políticas públicas, e a formulação, implementação e avaliação de políticas setoriais.

X. Atividades Complementares

A estrutura curricular será agrupada por disciplinas afins, na modalidade presencial, complementada com a participação em seminários, discussões em grupos, trabalhos em grupo, trabalhos escritos e textos produzidos a partir dos conteúdos desenvolvidos.

XI. Sistema de Avaliação

A aprendizagem e o desempenho dos estudantes serão avaliados por meio de provas e trabalhos escolares de acordo com a programação do professor responsável pela disciplina.

À cada disciplina cursada deverá corresponder uma avaliação de desempenho, que será realizada por meio de provas, trabalhos, resolução de estudos de caso, projetos, atividades práticas, devendo levar em conta o interesse, a participação e a frequência do aluno.

Além da frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a cada disciplina, o aluno será aprovado se obtiver nota igual ou superior a sete, obedecidos os seguintes critérios:

Tabela de equivalência de notas numéricas/conceitos:

- A** – Excelente, com direito a créditos (nota 9,0 a 10,0)
- B** – Muito Bom, com direito a créditos (nota 8,0 a 8,9)
- C** – Bom, com direito a créditos (nota 7,0 a 7,9)
- D** – Insuficiente, sem direito a créditos (notas 5,0 a 6,9)
- R** – Reprovado, sem direito a créditos (notas zero a 4,9)
- FI** – Frequência Insuficiente

XII. Controle da Frequência

A frequência mínima exigida será de 75% (setenta e cinco por cento) para cada disciplina e será controlada por meio de ficha com assinatura, dos alunos e do professor da disciplina.

XIII. Certificação

Título de Especialista em Gestão Pública a ser emitido pela Fundação ENA aos participantes aprovados.

Gestão Estratégica de Instituições do Legislativo e Organizações Públicas

Ementa: contextualização e definição de estratégia; as escolas e as tipologias de estratégia. Definição de estratégia em instituições do legislativo; planejamento e estratégia; análises externas e internas às organizações legislativas; cenários estratégicos para atuação legislativa; sistemas de informações e principais indicadores de resultado para instituições do legislativo; decisões estratégicas e níveis estratégicos; desenvolvimento de estratégias; Alianças estratégicas no setor público.